



Comissão
Europeia

uma moeda  múltiplas oportunidades



UMA MOEDA PARA A EUROPA *o caminho para o euro*



JUNTOS

DESDE 1957



UMA MOEDA PARA A EUROPA

o caminho para o euro

ÍNDICE:

O que é a União Económica e Monetária?	1
O caminho para a União Económica e Monetária: 1957 a 1999 .	2
Lançamento do euro: 1999 a 2002	8
Gestão da União Económica e Monetária	9
O objectivo de alargamento da zona euro	11
Conquistas adquiridas	13
O euro em números	17
O euro em imagens	18
Glossário	20



O que é a União Económica e Monetária?

Em termos gerais, a União Económica e Monetária (UEM) faz parte do processo de integração económica. Os Estados independentes podem integrar as suas economias a vários níveis, de modo a obter os benefícios da dimensão europeia, tais como uma maior eficácia interna e uma maior resistência aos acontecimentos externos. Os níveis de integração económica podem ser divididos em seis fases.

FASES DA INTEGRAÇÃO ECONÓMICA

1. Uma zona de comércio preferencial (com redução das pautas aduaneiras entre determinados países).
2. Uma zona de comércio livre (abolição de tarifas internas para algumas ou todas as mercadorias entre os países participantes).
3. Uma união aduaneira (com as mesmas pautas aduaneiras externas para países terceiros e uma política comercial comum).
4. Um mercado comum (com regulamentos comuns e livre circulação de mercadorias, capitais, mão-de-obra e serviços).
5. União económica e monetária (um mercado único com uma moeda única e uma política monetária única).
6. Integração económica total (todas as fases acima mencionadas em conjunto com uma harmonização da política fiscal e de outras políticas económicas).



© Christophe Marjole/PhotoAlto

INTEGRAÇÃO ECONÓMICA E UEM NA EUROPA

O nível de integração económica na União Europeia é variável. Os Estados-Membros da União Europeia fazem parte do que designamos por UEM e formam um mercado comum, conhecido como **mercado único**. Todos coordenam as suas políticas económicas para apoiar os objetivos da UEM. A adopção do euro constitui uma obrigação estabelecida no Tratado que institui a Comunidade Europeia (o Tratado ou **Tratado CE**). Alguns Estados-Membros estão mais integrados do que outros, tendo adoptado uma moeda única – o euro. Estes países formam a zona euro e, assim como adoptaram uma moeda única, também possuem uma **política monetária** única conduzida pelo **Banco Central Europeu**. Os Estados-Membros que não fazem parte da zona euro mantêm as suas próprias moedas e conduzem as suas próprias políticas monetárias. Deste modo, o nível de integração económica na UEM é uma mistura das fases 4 e 5 da lista acima mencionada. Para atingirem a integração económica total, é necessário que os Estados-Membros adiram à zona euro e harmonizem as suas políticas fiscais, incluindo a tributação, e outras políticas económicas.

Antecedentes

A integração económica entre estados independentes não é uma ideia nova. A União Monetária Latina, que incluía a França, a Bélgica, a Suíça, a Itália e a Grécia, existiu de 1865 até 1927. A União Monetária Escandinava, constituída pela Suécia, Dinamarca e Noruega, teve início em 1873 e prolongou-se até 1924. A Zollverein é talvez um dos exemplos mais bem sucedidos, tendo começado com uma união aduaneira entre os vários estados alemães, em 1834, e criado um banco central, o Reichsbank, e uma moeda única, o Reichsmark, em 1875.

As palavras a azul estão descritas no glossário, na parte final



O caminho para a União Económica e Monetária: 1957 a 1999

A UEM constituía uma ambição recorrente da União Europeia desde finais dos anos 60, porque prometia estabilidade monetária e um ambiente propício a um aumento do crescimento e do emprego. No entanto, vários obstáculos políticos e económicos travaram o seu caminho até à assinatura, em 1992, do **Tratado de Maastricht** (Tratado da União Europeia, ou Tratado UE). Por diversas vezes, factores como compromissos políticos fracos, divergências sobre prioridades económicas, inexistência de convergência económica e desenvolvimentos nos mercados monetários internacionais

fora do controlo da União contribuíram para frustrar o progresso rumo à UEM.

Mesmo assim, a segunda metade do século XX assistiu a uma procura constante, pelos Estados-Membros, de uma co-operação económica mais profunda como forma de reforçar os laços políticos entre si e proteger o mercado comum.

A passagem para a União Económica e Monetária actual pode ser dividida em quatro fases:



DO TRATADO DE ROMA AO RELATÓRIO WERNER: ENTRE 1957 E 1970

O Tratado de Roma tem muito pouco a ver com finanças

A nova ordem do pós-guerra para os mercados económicos da Europa, América do Norte e Japão foi fundada com base no sistema de **Bretton Woods**, que fornecia o enquadramento internacional para a estabilidade cambial com o ouro e o dólar americano como moeda-padrão predominante. Os redactores do **Tratado de Roma** assumiram que a estabilidade das moedas continuaria a ser a norma e que o êxito da construção europeia deveria assentar na realização de uma união aduaneira e de um mercado comum que permitissem a livre circulação de mercadorias, serviços, pessoas e capitais.

Graves distúrbios cambiais no final dos anos 60

O sistema Bretton Woods começou a dar sinais de colapso nos finais dos anos 60 e, entre 1968 e 1969, assistiu-se a uma nova era de instabilidade cambial quando a turbulência do mercado forçou a revalorização do marco alemão e a desvalorização do franco francês. Esta situação fez perigar o sistema normal de preços da política agrícola comum — que era, na altura, a principal conquista da Comunidade Europeia.

© Comunidades Europeias

Acima: Assinatura do Tratado de Roma (25 de Março de 1957)

Abaixo: Pierre Werner

A Comunidade procura a prosperidade económica e o desenvolvimento político da UEM

Para fazer face a este cenário de perturbação e com uma união aduaneira largamente conseguida, a Comunidade estava ansiosa por fixar os seus novos objectivos para o desenvolvimento político durante a década seguinte. O Relatório Barre, de 1969, que propunha uma maior coordenação das políticas económicas, deu um impulso decisivo à integração e, na cimeira de Haia, em 1969, a criação da UEM tornou-se o objectivo oficial da construção europeia. Os líderes europeus criaram um grupo de alto nível, sob a presidência do primeiro-ministro do Luxemburgo, Pierre Werner, que foi encarregado de elaborar um relatório sobre os meios necessários para atingir este objectivo até 1980.

O Relatório Werner: a UEM em três fases

O «grupo Werner» apresentou o seu relatório final em Outubro de 1970, prevendo, de acordo com um plano em três fases, a criação de uma União Económica e Monetária completa no prazo de 10 anos, cujo objectivo final consistia em alcançar a liberalização total dos movimentos de capitais e a fixação irrevogável das paridades cambiais, ou mesmo a substituição das moedas nacionais por uma moeda única. Para concretizar este objectivo, o relatório recomendava o reforço da coordenação das políticas económicas, com as taxas de juros e a gestão de reservas a serem decididas a nível comunitário, bem como a definição das orientações relativas às políticas orçamentais nacionais.

DO RELATÓRIO WERNER AO SISTEMA MONETÁRIO EUROPEU (SME): ENTRE 1970 E 1979

Em Março de 1971, apesar de estarem divididos sobre certas recomendações-chave do relatório, os Estados-Membros deram o seu acordo de princípio à instituição de uma UEM em três fases. A primeira fase, correspondente à redução das margens de flutuação monetária, foi lançada numa base experimental, sem implicar qualquer compromisso quanto à prossecução do processo.

Infelizmente, a estratégia de Werner assumiu como garantido o sistema de fixação das taxas de câmbio com base no dólar americano e quando os americanos decidiram permitir a flutuação do dólar, em Agosto de 1971, assistiu-se a uma onda de instabilidade nos mercados cambiais que colocou sob pressão o marco alemão e pôs profundamente em causa as paridades entre as moedas europeias.

«Serpente no túnel»

Em Março de 1972, os Estados-Membros tentaram relançar a dinâmica da integração monetária criando a «serpente no túnel», um mecanismo de flutuação concertada das moedas (a «serpente») dentro de margens de flutuação estreitas em relação ao dólar (o «túnel»). Atingida por crises petrolíferas, divergências políticas e pela debilidade do dólar, a «serpente» perdeu a maioria dos seus componentes no prazo de dois anos, reduzindo-se a pouco mais do que uma «zona do marco», que compreendia a Alemanha, a Dinamarca e o Benelux.

A «morte súbita» da «serpente» não esmoreceu o interesse em tentar criar uma zona de estabilidade monetária. Em 1977, foi apresentada uma nova proposta para a criação da UEM, por iniciativa do então presidente da Comissão Europeia, Roy Jenkins. Foi lançada em 1979 sob a designação de **Sistema Monetário Europeu (SME)**, assentando num conceito mais limitado e contando com a participação das moedas de todos os Estados-Membros, à excepção da libra inglesa.

Roy Jenkins,
presidente da Comissão Europeia
entre 1977 e 1981



© Comunidades Europeias



DO INÍCIO DO SME A MAASTRICHT: ENTRE 1979 E 1991

O controlo da inflação tornou-se uma prioridade da CE

O Sistema Monetário Europeu (SME) baseou-se num conceito de taxas de câmbio estáveis, mas ajustáveis, definidas em função da recentemente criada unidade de conta europeia ou ECU (*european currency unit*), que consistia num cabaz de moedas baseado na média ponderada das moedas do SME. Neste sistema, as flutuações das moedas eram controladas por um **mecanismo de taxas de câmbio (MTC)** e mantidas dentro de uma flutuação máxima de $\pm 2,25\%$ em relação às taxas centrais (à excepção da lira italiana, para a qual era permitida uma flutuação de $\pm 6\%$).

Embora o principal objectivo do SME fosse a redução da instabilidade das taxas de câmbio, considerada prejudicial para o comércio, bem como para o investimento e o crescimento económico, a sua criação permitiu um novo consenso entre os Estados-Membros quanto ao controlo e redução da inflação como uma prioridade económica. No entanto, quando foi criado, o SME constituiu uma transferência inédita de autonomia monetária, dado que as paridades entre as taxas de câmbio só podiam ser alteradas por «acordo mútuo» entre os Estados-Membros participantes e a Comissão.

SME: uma década de êxito

Nos primeiros anos, foram muitos os realinhamentos do SME. No entanto, à data das negociações do Tratado de Maastricht, de 1990 a 1991, já o SME tinha provado ser um êxito. A volatilidade a curto prazo das taxas de câmbio entre as moedas da CE foi substancialmente reduzida graças a uma associação entre a convergência das taxas de inflação, a gestão das taxas de juro orientada para as taxas de câmbio, a intervenção conjunta nos mercados cambiais externos e os controlos de capitais.

Este êxito, bem como a valiosa experiência adquirida pelos bancos centrais da Comunidade na gestão conjunta das taxas de câmbio, criou as condições favoráveis para a discussão em torno da UEM.

A moeda única complementar o mercado único

A questão da UEM renovou a necessidade de concluir o mercado único, o programa adoptado em 1985 destinado à eliminação dos derradeiros obstáculos à livre circulação de mercadorias, serviços, pessoas e capitais. Tornou-se evidente que o potencial do mercado interno não poderia ser plenamente explorado enquanto subsistissem os custos de transacção relativamente elevados associados à conversão de várias moedas e taxas de câmbio instáveis.

Além disso, muitos economistas e bancos centrais defendiam que a autonomia monetária nacional era inconsistente com os objectivos comunitários de comércio livre, livre circulação dos capitais e taxas de câmbio fixas. Para muitos, esta visão seria mais tarde confirmada pelas turbulências monetárias que abalaram o MTC em 1992-1993, forçando a saída da lira e da libra esterlina do SME e o alargamento das margens de flutuação para 15%.





Jacques Delors,
presidente da Comissão Europeia
entre 1985 e 1995

O Relatório Delors propõe um plano de três fases para a UEM

Em Junho de 1988, o **Conselho Europeu** de Hanôver instituiu um «comité para o estudo da União Económica e Monetária», presidido por Jacques Delors, então presidente da Comissão Europeia, e tendo por restantes membros os governadores dos bancos centrais nacionais. O relatório unânime deste comité, apresentado em Abril de 1989, definia como objectivo da união monetária a total liberalização da circulação de capitais, a total integração dos mercados financeiros, a convertibilidade irreversível das moedas, a fixação irrevogável das taxas de câmbio e a possível substituição das moedas nacionais por uma moeda única.

O relatório recomendava que a união económica e monetária fosse concretizada em três fases, prevendo uma maior coordenação das políticas económicas e monetárias, para chegar à criação de uma moeda única europeia e de uma instituição independente, o Banco Central Europeu (BCE), bem como regras relativas à dimensão e ao financiamento dos défices orçamentais nacionais.

Três fases para a criação da UEM





©Comunidades Europeias



Rumo a uma união política, económica e monetária: o Tratado de Maastricht

Continuando até Maastricht

Com base no Relatório Delors, o Conselho Europeu de Madrid, de Junho de 1989, decidiu dar início à primeira fase da UEM em Julho de 1990 e o Conselho Europeu de Estrasburgo, de 1989, propôs a realização de uma conferência intergovernamental para identificar as alterações a introduzir no Tratado a fim de avançar para a segunda e a terceira fases e implementar a UEM.

A primeira fase da UEM envolveu a realização do mercado interno, o início da coordenação das políticas económicas e a eliminação dos obstáculos à integração financeira. Nas fases seguintes, o trabalho preparatório significativo dos governadores dos bancos centrais facilitou o trabalho de revisão do Tratado.

O Tratado da União Europeia foi aprovado pelos chefes de Estado e de Governo no Conselho Europeu de Maastricht, em Dezembro de 1991, onde foi decidido que a Europa deveria ter uma moeda única forte e estável até ao final do século.

O Tratado da União Europeia foi aprovado pelos chefes de Estado e de Governo no Conselho Europeu de Maastricht, em Dezembro de 1991, onde foi decidido que a Europa deveria ter uma moeda única forte e estável até ao final do século.

Para que a União Económica e Monetária criasse condições favoráveis ao aumento do emprego e do crescimento e evitasse a ruptura, foi necessário que as economias dos Estados-Membros atingissem um elevado nível de convergência antes da introdução da moeda única. Deste modo, o Tratado da União Europeia definiu os «critérios de convergência de Maastricht» que os Estados-Membros deveriam cumprir para a adopção do euro. Estes critérios são apresentados no quadro 1. Além destes, os Estados-Membros deveriam atingir a convergência das leis nacionais e das regras que regulamentam os seus bancos centrais e as questões monetárias.

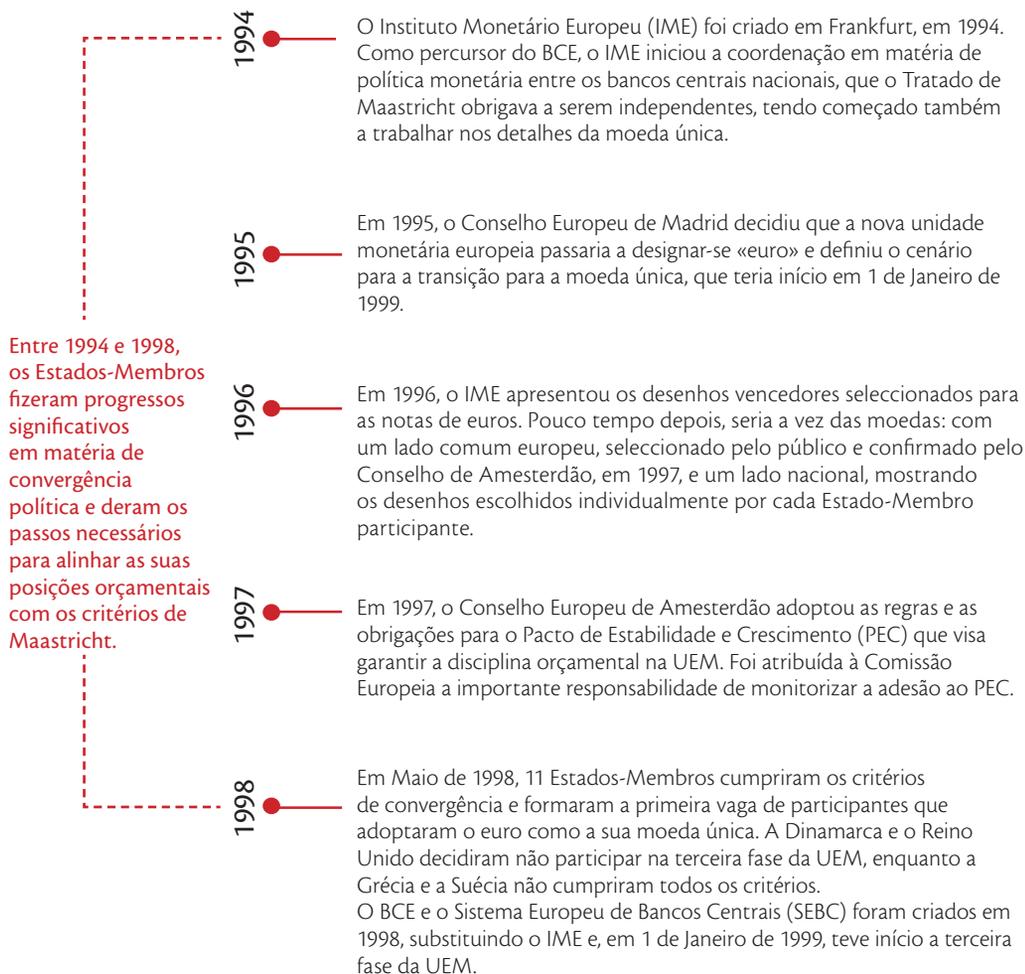
Quadro 1 — Os critérios de convergência de Maastricht

O que é avaliado	Como é avaliado	Critérios de convergência
<i>Estabilidade dos preços</i>	Taxa de inflação do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor	Não superior a 1,5 pontos percentuais em relação à média das taxas dos três Estados-Membros com melhores resultados
<i>Solidez das finanças</i>	Défice orçamental em % do PIB	Valor de referência: não superior a 3%
<i>Sustentabilidade das finanças públicas</i>	Dívida pública em % do PIB	Valor de referência: não superior a 60%
<i>Carácter duradouro da convergência</i>	Taxas de juro de longo prazo	Não superior a 2 pontos percentuais em relação à média das taxas dos três Estados-Membros com melhores resultados em termos de estabilidade dos preços
<i>Estabilidade cambial</i>	Desvio da taxa de juro central	Participação no mecanismo de taxas de câmbio (MTC), durante, pelo menos, 2 anos, sem tensões graves

Os critérios de convergência de Maastricht destinavam-se a garantir que a economia dos Estados-Membros estava suficientemente preparada para a adopção da moeda única. Estes critérios forneceram uma base comum para a estabilidade, a solidez e a sustentabilidade das finanças públicas para os candidatos da zona euro que reflectia a convergência da política económica e a resistência aos choques económicos. O critério das taxas de câmbio destinava-se a mostrar que um Estado-Membro podia gerir a sua economia sem recorrer à desvalorização da moeda.

DE MAASTRICHT AO EURO E À ZONA EURO: ENTRE 1991 E 1999

Com um acordo sobre o objectivo (UEM) e sobre as condições (os critérios de Maastricht), a União Europeia podia agora avançar. A fase dois da UEM teve início em Julho de 1994 e prolongou-se até à introdução da moeda única em 1999. Esta fase marcou o início de uma série de trabalhos preparatórios:





© Comunidades Europeias



Taxas expressas em euros numa caixa automática

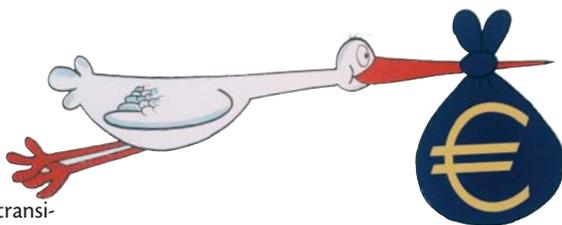
Lançamento do euro: 1999 a 2002

Em 31 de Dezembro de 1998, foram fixadas irrevogavelmente as taxas de conversão entre o euro e as moedas dos Estados-Membros. No ano seguinte, em 1 de Janeiro de 1999, foi introduzido o euro e o **Eurosistema**, composto pelo BCE e pelos bancos centrais nacionais (BCN) dos Estados-Membros da zona euro, ficou responsável pela condução de uma política monetária única na nova zona euro. Foi o início de um período de transição que deveria durar três anos e terminar com a introdução das notas e moedas de euro e a retirada das notas e moedas nacionais. Em 2000, o **Conselho** decidiu que a Grécia cumpria as condições necessárias para a adopção da moeda única e o país aderiu à zona euro em 1 de Janeiro de 2001.

Apesar do euro substituir de imediato as moedas nacionais, passando as unidades monetárias nacionais a constituir subunidades do euro, este existiu inicialmente apenas como moeda escritural. As notas e moedas nacionais continuaram a ser os meios utilizados nas transacções diárias em numerário. Durante o período de transição, foi o mundo dos negócios e financeiro que começou a utilizar o euro nas suas transacções diárias sem numerário. Para os mercados financeiros, esta transição foi imediata — o terreno estava bem preparado e o comércio nos mercados financeiros era feito exclusivamente em euros. Os organismos públicos e as empresas tiveram um maior período de transição, à medida que mudavam progressivamente os seus sistemas de contabilidade, de preços e de pagamentos para o euro. Para os cidadãos, a parte mais visível do período de transição foi a apresentação de preços duplos em etiquetas, lojas, estações de serviço, etc. Esta situação fazia parte de uma extensa campanha publicitária para familiarizar o público em geral com o euro e com a introdução das notas de banco e moedas que se seguiria.

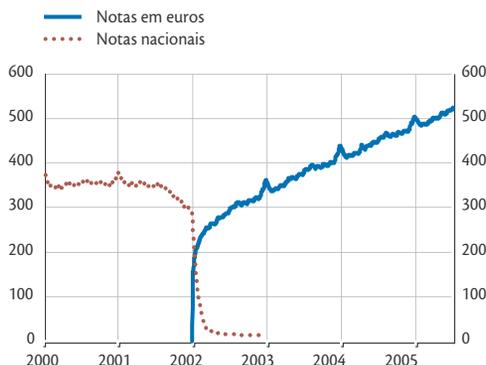
UM ANO NOVO E UMA MOEDA NOVA

Em 1 de Janeiro de 2002, teve lugar a maior transição monetária da história. Constituiu um desafio de dimensões sem precedentes, que envolveu o sector bancário, as empresas de transporte de valores, retalhistas, operadores de máquinas de venda automática e o público em geral. Os bancos centrais nacionais disponibilizaram cerca de 144 mil milhões de euros aos bancos (distribuição prévia de notas e moedas) que, por sua vez, os forneceram aos retalhistas (subdistribuição prévia) a fim de evitar estrangulamentos na cadeia de abastecimento. Isto significou uma ampla disponibilização do euro a todos os sectores, nos primeiros dias de 2002. Até 3 de Janeiro de 2002, 96% de todas as caixas automáticas (ATM) da zona euro estavam a distribuir notas de euro. E apenas uma semana após a introdução do euro, mais de metade das transacções em dinheiro eram efectuadas em euros.



© Comunidades Europeias

Valor total das notas em circulação entre 2000 e Junho de 2005 (mil milhões de euros)



Fonte: BCE.

A passagem para o euro ficou concluída no prazo de dois meses. As notas e moedas nacionais deixaram de ter curso legal no final de Fevereiro de 2002, prazo que foi antecipado em alguns Estados-Membros. Até então, mais de 6 mil milhões de notas de banco e cerca de 30 mil milhões de moedas nacionais tinham sido retiradas de circulação e o euro tinha finalmente chegado a mais de 300 milhões de cidadãos de 12 países.

Gestão da União Económica e Monetária

Tal como o mercado único, a UEM não deve ser entendida como um fim em si mesma. É antes um instrumento para objectivos futuros da União Europeia, em particular para um crescimento económico equilibrado e sustentável e um nível de emprego elevado. As acções e as instituições da UEM foram concebidas desde o início para apoiar estes objectivos através da gestão dos aspectos económicos e monetários da zona euro.

POLÍTICA MONETÁRIA

A zona euro tem uma moeda com um processo de decisão independente e centralizado em matéria de política monetária.

O BCE e os bancos centrais de todos os Estados-Membros constituem o Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). No SEBC, o BCE e os bancos centrais dos Estados-Membros da zona euro constituem o Eurosistema. As decisões em matéria de política monetária na zona euro podem ser tomadas apenas pelo Conselho do BCE, que inclui os governadores dos bancos centrais nacionais dos Estados-Membros que adoptaram o euro e os membros do Conselho Executivo do BCE. O Conselho do BCE é o seu órgão de decisão supremo.



Situação em 1 de Janeiro de 2007



POLÍTICA ECONÓMICA

A responsabilidade pela política económica da zona euro continua a pertencer em larga medida aos Estados-Membros, embora o Tratado CE exija que estes coordenem o seu processo de decisão económica, tendo em vista a concretização dos objectivos da Comunidade. Esta coordenação é assegurada através da Comissão e do Conselho **ECOFIN**, que compreende os ministros da Economia e das Finanças dos Estados-Membros. Existem várias estruturas e instrumentos que contribuem para uma boa coordenação.

O Eurogrupo:

reuniões informais dos ministros da Economia e das Finanças dos Estados-Membros da zona euro, que elegem um presidente por um período de dois anos. A Comissão e o BCE também participam nessas reuniões. O Eurogrupo é um fórum onde são debatidas questões ligadas à zona euro e à coordenação política.



© Comunidades Europeias

Jean-Claude Juncker,
primeiro-ministro e ministro
das Finanças do Luxemburgo e
presidente do Eurogrupo

O Pacto de Estabilidade e Crescimento:

o PEC, que coloca a ênfase na vigilância das economias dos Estados-Membros, ajuda a reforçar a disciplina fiscal na UEM e a garantir a solidez das finanças governamentais. A Comissão controla os défices e as dívidas orçamentais, que o Tratado obriga a que sejam inferiores a 3% e a 60% do PIB, respectivamente. Se estes limites forem excedidos, o Conselho pode iniciar um procedimento por défice excessivo, incluindo, como último recurso, sanções fiscais contra o Estado-Membro em questão.



Orientações gerais de política económica (OGPE):

constituem o principal instrumento de coordenação da política económica na UE. Estas orientações têm um papel fundamental na promoção da estabilidade macroeconómica, na reforma estrutural e no bom funcionamento da UEM. As OGPE são orientações não vinculativas destinadas às políticas económicas da Comunidade e dos Estados-Membros. São baseadas em debates sobre política económica entre as instituições europeias e os Estados-Membros. Como resultado destes debates, a Comissão Europeia pode elaborar recomendações, adoptadas pelo Conselho de Ministros, para a Comunidade e para cada Estado-Membro. O Conselho e a Comissão Europeia supervisionam a implementação destas orientações. As OGPE estabelecem as normas de referência para as decisões europeias e nacionais sobre política económica. Em caso de não conformidade, o Conselho pode emitir uma recomendação não vinculativa para uma acção correctiva.

O objectivo de alargamento da zona euro

Os Estados-Membros que aderiram à UE em 2004 e em 2007 fazem parte da UEM — o que significa que coordenam a sua política económica com os outros Estados-Membros da UE e que os seus bancos centrais integram o SEBC. No entanto, dado que não aderiram à zona euro aquando da adesão, o seu estatuto oficial, até adoptarem a moeda única, é o de «Estados-Membros objecto de derrogação». Este estatuto é concedido pelo Acto de Adesão que os obriga a tornarem-se membros efectivos da zona euro. Os novos Estados-Membros não aderiram à zona euro aquando da adesão porque não cumpriam os critérios de convergência. O Tratado de Adesão concede-lhes, deste modo, tempo para efectuarem os ajustamentos necessários a fim de alcançarem a convergência. O primeiro dos novos Estados-Membros a aderir à zona euro foi a Eslovénia, em 2007.

A NECESSIDADE DE CONVERGÊNCIA

Os critérios de convergência (critérios de Maastricht) constituem objectivos económicos e alterações institucionais que um país deve concretizar antes de adoptar a moeda única e aderir à zona euro. Os indicadores macroeconómicos apresentados no quadro 1 são utilizados como medida de convergência.

CENÁRIOS PARA A ADOÇÃO DO EURO

Embora os países que desejem aderir à zona euro sejam obrigados a cumprir os critérios de convergência, o actual processo de introdução do euro pode ser diferente para os mais recentes participantes na UEM. Aquando da criação da zona euro, os Estados-Membros fundadores dispuseram de um período de transição de três anos entre a adopção do euro como «moeda escritural» para as transacções sem numerário, em 1999, e a introdução do euro, em 2002. Neste «cenário de Madrid», assim designado, um período de transição de três anos permite às pessoas e às empresas prepararem-se para a moeda única antes desta aparecer nos seus bolsos. Durante este período de transição, continuam a utilizar a sua moeda nacional para as transacções em numerário. No entanto, alguns dos futuros Estados-Membros da zona euro adoptarão um cenário designado como cenário «Big Bang», segundo o qual o euro será adoptado aquando da adesão à zona euro e as suas moedas nacionais serão imediatamente retiradas de circulação.





A ZONA DO EURO



Conquistas adquiridas

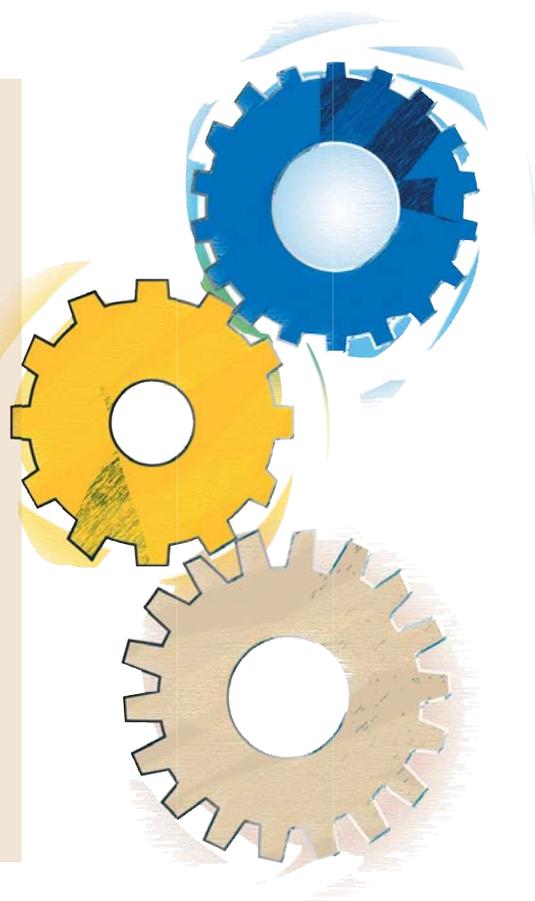
INSTITUIÇÕES SÓLIDAS PARA UMA ECONOMIA SÓLIDA

O quadro institucional para a gestão da UEM provou ser um claro êxito e reflecte o forte compromisso dos Estados-Membros da zona euro em cooperar em questões económicas de «preocupação comum». Esta cooperação é vital para o crescimento e o emprego, bem como para elevar os padrões de vida, que o mercado único e a UEM defendem.

Países individuais como, por exemplo, os Estados Unidos e o Japão, possuem uma política monetária e uma política fiscal centralizadas geridas por um único governo. Na zona euro a situação é distinta. Enquanto que a zona euro possui uma política monetária centralizada independente e gerida pelo BCE, a política fiscal, que lida com as receitas e as despesas públicas dos orçamentos nacionais, é da responsabilidade dos governos nacionais, embora sujeita a determinadas regras a nível comunitário. Por conseguinte, a cooperação e a coordenação entre os Estados-Membros da zona euro sobre questões de política fiscal constitui o elemento principal que orienta a União Económica e Monetária.

A UEM foi criada com base em vários grupos fortes que, em conjunto, provaram ter êxito na administração das suas acções:

- O **Sistema Europeu de Bancos Centrais**, que reúne os bancos centrais de todos os Estados-Membros da UE, o Eurosistema (constituído pelo BCE e pelos bancos centrais nacionais dos Estados-Membros que adoptaram o euro) e o BCE. O BCE determina a política monetária com o objectivo claro de garantir a estabilidade dos preços.
- A **Comissão Europeia** que, através do comissário e da Direcção-Geral dos Assuntos Económicos e Financeiros (DG ECFIN), monitoriza e avalia a situação económica nos Estados-Membros e elabora recomendações.
- O **Conselho**, na sua formação para os Assuntos Económicos e Financeiros (Conselho ECOFIN), onde os ministros da Economia e das Finanças dos Estados-Membros se reúnem para definir orientações gerais de política económica e deliberar sobre recomendações da Comissão, que também participa nas reuniões. Os ministros da zona euro reúnem-se no Eurogrupo (um grupo informal no qual participam a Comissão e o BCE).

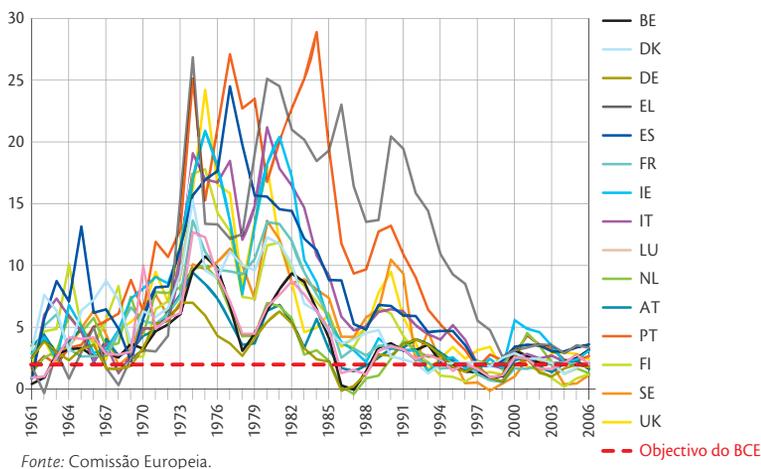




ESTABILIDADE ECONÓMICA: UM BENEFÍCIO PARA TODOS

A turbulência monetária e a elevada inflação sentidas durante grande parte das décadas de 70 e 80 trouxeram muitas dificuldades e incertezas. No entanto, durante a construção da União Económica e Monetária, a inflação caiu significativamente. Nos tempos que se seguiram, a inflação foi sendo mantida em níveis reduzidos. O objectivo principal do BCE consiste em manter a inflação dos preços num nível anual inferior e próximo dos 2% de inflação a médio prazo. O desenvolvimento histórico da inflação é mostrado no gráfico a direita.

Convergência a nível da inflação: zona euro a 12 (aumentos percentuais anuais)



As vantagens decorrentes de uma inflação baixa e da estabilidade dos preços são muitas e beneficiam as empresas e os consumidores.

- O endividamento dos consumidores é menos dispendioso e os futuros reembolsos menos incertos. Assim, os cidadãos comuns podem contrair empréstimos com maior facilidade e segurança, para adquirir uma casa ou um carro, por exemplo, com mais certezas quanto aos níveis de reembolsos futuros.

Taxas hipotecárias em quatro países da zona euro



- As empresas são mais incentivadas a investir. Quando a inflação é elevada e instável, os mutuantes protegem-se com uma margem confortável sobre as taxas de juro, o chamado prémio de risco. Com uma inflação baixa e estável, essas margens de segurança já não são necessárias e, assim, o dinheiro é libertado para que as empresas invistam mais — beneficiando o crescimento e o emprego.
- Esta situação beneficia a sociedade, a coesão social e os mais necessitados. As alterações voláteis na inflação aumentam o fosso entre os sectores mais ricos e mais pobres da sociedade. Com uma inflação estável, os mais necessitados beneficiam de melhor protecção contra a degradação do seu bem-estar e poder de compra.

A MOEDA ÚNICA: UM COMPLEMENTO DO MERCADO ÚNICO

Negociar com várias moedas implica mais custos e dificulta as comparações de preços, mesmo no seio do mercado único. A moeda única (o euro) suprime estas desvantagens e traz benefícios para consumidores e empresas:

- os custos inerentes ao câmbio de divisas nas fronteiras, os chamados custos de transacção, foram abolidos na zona euro. Esta abolição reduziu os custos para os viajantes, em negócios, estudos ou férias. Antes, uma pessoa que viajasse através dos 15 Estados-Membros com 1 000 marcos alemães no bolso e trocasse divisas em cada um deles, regressaria a casa com menos de 500 marcos, mesmo que não tivesse efectuado quaisquer despesas. Actualmente, alguém que iniciasse esse périplo com 1 000 euros regressaria a casa com a mesma quantia no bolso;
- o euro trouxe transparência de preços ao mercado único. Os consumidores e as empresas podem comparar facilmente os preços de mercadorias e serviços em toda a UE. Este facto aumenta a concorrência entre os fornecedores e mantém uma pressão descendente nos preços na zona euro. Esta transparência é suportada por uma inflação dos preços baixa e estável, uma vez que as alterações nos preços relativos podem ser facilmente identificadas. A concorrência é ainda maior devido ao crescimento do comércio electrónico através da Internet, que permite fáceis comparações de preços transfronteiriças;
- os custos das transacções podem ser muito elevados — antes da adopção do euro, estavam estimados entre 0,3% a 0,4% do PIB na UE, ou seja, 20 a 25 mil milhões de euros. As empresas incorriam em grande parte desses custos, uma vez que transferiam mercadorias, pessoas e capital por toda a UE. Com a supressão dos custos de transacção no interior da zona euro, este dinheiro fica disponível para investimentos produtivos a nível do crescimento e do emprego e o comércio intracomunitário é encorajado. Além disso, a supressão dos custos de transacção no interior do mercado único torna a zona euro atractiva para o investimento externo.



© Christophe Marjollet/PhotoAto



© Comunidades Europeias



© Imagesource





O PAPEL INTERNACIONAL DO EURO

O euro é uma moeda internacional forte. Sustentado pelo compromisso dos Estados-Membros da zona euro, a gestão enérgica e visível da política monetária levada a cabo pelo BCE e pela dimensão e poder da zona euro como um bloco, o euro tornou-se uma divisa mundial atraente, ao nível do dólar americano ou do iene japonês. O quadro 2 compara alguns dos principais indicadores da zona euro e da UE com os EUA e o Japão.

Quadro 2 — Comparação dos principais indicadores da zona euro e da UE com os EUA e o Japão

Indicadores-chave	Zona euro	UE-25	EUA	Japão
População (milhões)	311	459	294	127
PIB (trilhões de euros, calculados com base na paridade de poder de compra)	7,6	10,3	10,2	3,3
Quota do PIB mundial (% em PPP)	15,3	21,1	20,9	6,9
Exportações (*) (mercadorias e serviços em % do PIB)	19,5	12,8	9,8	13,6
Importações (*) (mercadorias e serviços em % do PIB)	17,8	12,6	15,1	11,6

(*) Excluindo o comércio intra-EU.



© Christophe Marjalet/PhotoAlto

Fonte: Dados do BCE: 2004.

Como o quadro demonstra, a zona euro é um bloco comercial forte e aberto. Esta abertura, combinada com o poder do euro na UEM, proporciona **diversas vantagens**:

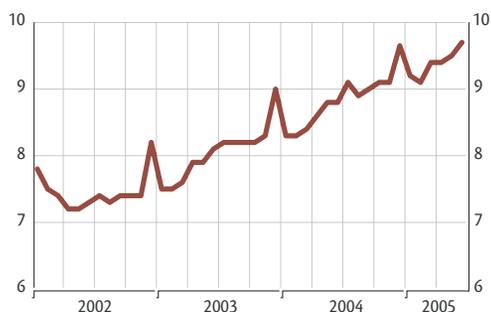
- sendo a maior força comercial do mundo, a zona euro é um destino atractivo para países comerciais que pretendam negociar no seio do mercado único. As empresas da zona euro podem facturar e pagar em euros, o que reduz os custos e os riscos e permite um melhor planeamento dos negócios;
- o euro é uma moeda de reserva atractiva para outros países. O peso do euro nas reservas oficiais de divisas mantidas pelos bancos centrais em todo o mundo está a crescer e manteve-se em cerca de 25% no final de 2004, muito mais do que o conjunto das moedas nacionais que substituiu;
- a força do euro e a sua crescente utilização no comércio internacional proporciona à zona euro uma voz forte junto das instituições e organizações financeiras internacionais, tais como o Fundo Monetário Internacional, a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico (OCDE) e o Banco Mundial. Embora os Estados-Membros estejam, muitas vezes, directamente representados nesses organismos, o Conselho ECOFIN, a Comissão e o BCE participam separadamente, ou integrados numa delegação da UE, nas reuniões relevantes dessas organizações internacionais.



O euro em números

Para preparar o lançamento do euro, foram impressas cerca de 14 mil milhões de notas de euro, no valor de 633 mil milhões de euros, e 52 mil milhões de moedas de euros, utilizando 250 000 toneladas de metal. Na manhã do dia 1 de Janeiro de 2002, quando foi lançado o euro em numerário, estavam disponíveis cerca de 7,8 mil milhões de notas, no valor de 140 mil milhões de euros, na zona euro. Desde então, a procura tem crescido de forma contínua, conforme demonstrado no gráfico (os picos do crescimento são devidos à procura adicional de notas na quadra natalícia).

Valor total das notas de euros em circulação entre 2002 e Junho de 2005 (mil milhões de euros)



Fonte: BCE.



Em 2005, existiam em circulação cerca de 10 mil milhões de notas de euro, com um valor superior a 500 mil milhões de euros, e mais de 63 mil milhões de moedas de euro, com um valor superior a 146 mil milhões de euros — disponíveis em mais de 229 000 caixas ATM na zona euro.

O BCE possui o direito exclusivo de autorizar a emissão de notas de euro. A produção destas notas é reparada pelos bancos centrais nacionais. As moedas de euro são emitidas pelos Estados-Membros da zona euro em quantidades aprovadas pelo BCE.



O euro em imagens



TODAS AS NOTAS DE EURO POSSUEM OS MESMOS DESENHOS

Foram seleccionadas num concurso organizado em toda a UE. Os desenhos vencedores foram inspirados no tema «idades e estilos da Europa» e representam estilos arquitectónicos de sete períodos da história cultural da Europa: Clássico, Românico, Gótico, Renascentista, Barroco e Rococó, arquitectura do ferro e do vidro e arquitectura moderna do século XX. Todas representam elementos tais como janelas, portas e pontes. As notas possuem tamanhos diferentes, cores atraentes e elementos em relevo que permitirão aos invisuais ou parcialmente invisuais identificar as denominações.

Elementos de segurança

As notas e as moedas de euro possuem características de segurança avançadas para combater a contrafacção. A impressão «em relevo» proporciona um toque especial às notas, que possuem igualmente marcas de água, filetes de segurança e hologramas visíveis de ambos os lados. Composições de metal exclusivas e características legíveis por máquinas são características que protegem as moedas.



© BCE

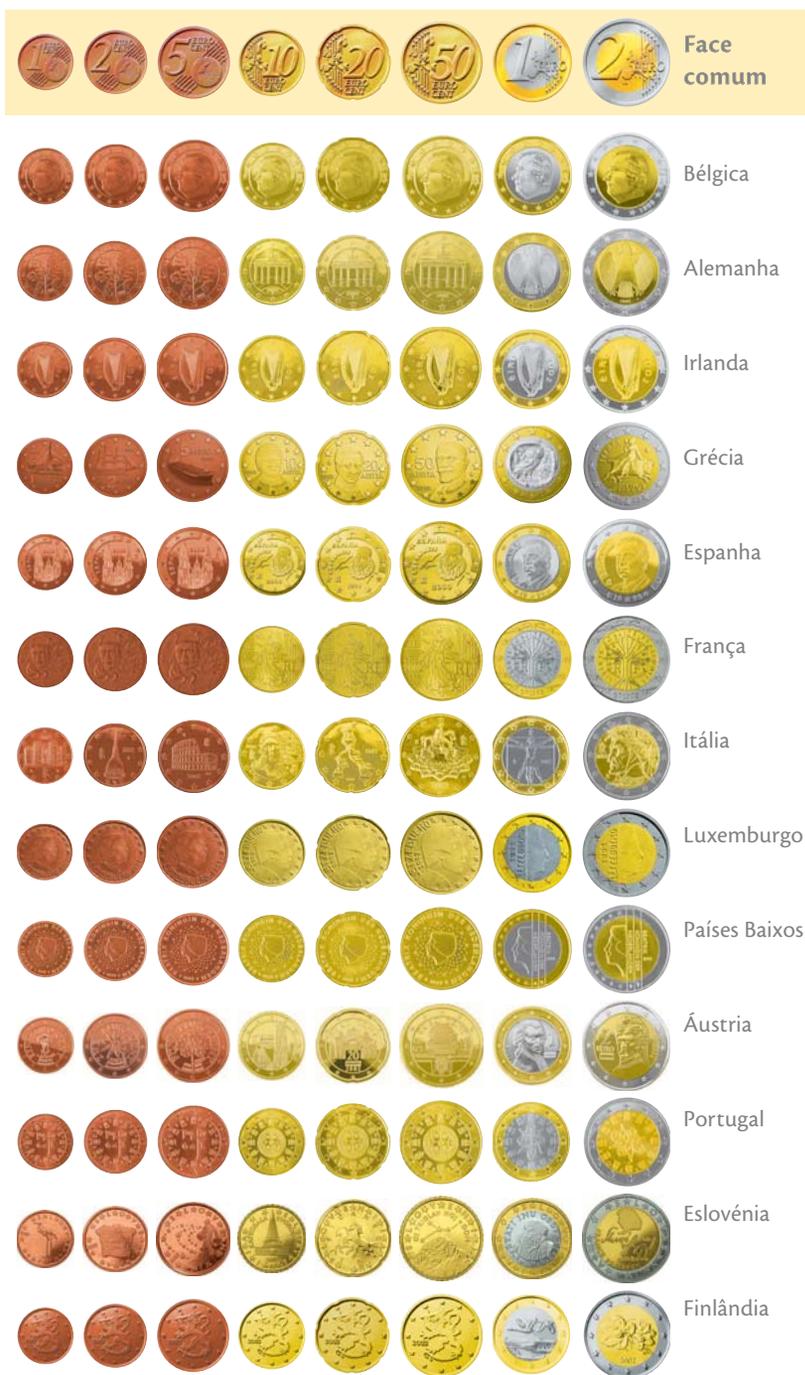
O sítio web do BCE apresenta um filme que mostra as características de segurança: www.ecb.eu

AS MOEDAS DE EURO POSSUEM DESENHOS DIFERENTES

Possuem um desenho comum num dos lados e um desenho específico do país no verso. Cada membro da zona euro escolhe os seus próprios desenhos, reflectindo a sua história ou cultura específicas, normalmente através de um concurso. À semelhança dos membros da zona euro, o Mónaco, São Marino e a Cidade do Vaticano estão autorizados a produzir moedas de euro. Os desenhos comuns de várias moedas representam um mapa da zona euro; este desenho será actualizado para reflectir uma zona euro alargada. Os novos desenhos comuns surgirão nas moedas emitidas pelos novos membros da zona euro, à medida que estes adoptarem o euro, e serão também introduzidos progressivamente pelos membros existentes.

Desenhos especiais para eventos especiais

Cada Estado-Membro da zona euro pode emitir anualmente uma moeda comemorativa de 2 euros. Essas moedas têm as mesmas características e propriedades e o mesmo lado comum que as moedas de 2 euros normais. O que as torna diferentes é o seu desenho comemorativo no lado nacional. Por exemplo, em 2005, a Finlândia emitiu uma moeda comemorativa de 2 euros para celebrar a fundação das Nações Unidas e a adesão da Finlândia; a Grécia emitiu uma moeda comemorativa, em 2004, para celebrar os Jogos Olímpicos de Atenas.





Glossário

Banco central: um banco nacional que gere as reservas monetárias de um país e controla a distribuição de moeda.

Banco Central Europeu (BCE): o banco central para a zona euro. O BCE gere independentemente a política monetária da zona euro.

Bretton Woods: um sistema de gestão monetária internacional, acordado em 1944 entre as maiores potências industriais do mundo, que exigia aos signatários a indexação das moedas ao preço do ouro, mantendo, assim, a estabilidade monetária internacional.

Conselho (Conselho da União Europeia): órgão constituído por representantes dos governos dos Estados-Membros, sendo a principal instância de decisão da União Europeia. Os representantes dos governos participam em diferentes formações do Conselho; por exemplo, os ministros responsáveis pelas questões ambientais participam no Conselho Ambiente.

Conselho Europeu: reuniões dos chefes de Estado e de Governo dos Estados-Membros da União Europeia e do presidente da Comissão Europeia.

ECOFIN: o Conselho da União Europeia que na sua formação integra os ministros da Economia e das Finanças dos Estados-Membros.

Eurogrupo: os ministros da Economia e das Finanças dos Estados-Membros da zona euro.

Eurosistema: parte do SEBC constituído pelo BCE e pelos bancos centrais nacionais dos Estados-Membros da zona euro.

Mecanismo de taxas de câmbio (MTC): um mecanismo do Sistema Monetário Europeu, pelo qual os membros do SME acordaram em manter os preços relativos das respectivas moedas dentro de margens restritas face ao ECU. Com a introdução do euro, em 1999, o MTC foi substituído pelo MTC II, pelo qual as moedas dos Estados-Membros da UE estão ligadas ao euro com uma margem de flutuação de $\pm 15\%$.

Mercado único: uma união aduaneira em que existem políticas comuns no que respeita à livre circulação de capitais, mercadorias, mão-de-obra e serviços. Um mercado único é idêntico a um mercado comum, mas acentua a abolição dos obstáculos ao comércio como, por exemplo, normas técnicas e impostos — é mais «harmonizado». A UE foi inicialmente um mercado comum, tendo-se transformado num mercado único com o Tratado de Maastricht, em 1992.

Política fiscal: diz respeito à gestão de receitas públicas (por exemplo, impostos) e despesas públicas (por exemplo, despesas com cuidados de saúde).

Política monetária: relacionada com a gestão da distribuição de moeda numa economia, por exemplo, através da impressão de moeda ou da fixação de taxas de juro.

«Serpente no túnel»: mecanismo criado pela Comunidade Europeia, em 1972, para gerir as flutuações de moeda face ao dólar americano. «Serpente» refere-se às moedas, enquanto que «túnel» se refere ao dólar americano.

Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC): é composto pelos bancos centrais nacionais da União Europeia e pelo BCE.

Sistema Monetário Europeu (SME): um sistema criado pela Comunidade Europeia, em 1979, para substituir a «serpente no túnel» e que gere as flutuações de moeda.

Tratado CE: Ver Tratado de Roma.

Tratado de Maastricht (Tratado da União Europeia): assinado na cidade neerlandesa de Maastricht, em 1992, entre os Estados-Membros da Comunidade Europeia, o Tratado de Maastricht reforçou as competências da Comunidade Europeia, transformando-a na União Europeia, e deu origem à criação da UEM e do euro.

Tratado de Roma (Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia): assinado em 1957, em Roma, instituiu a Comunidade Económica Europeia, precursora da Comunidade Europeia. A sua designação foi alterada para «Tratado que institui a Comunidade Europeia» (Tratado CE) pelo Tratado de Maastricht.

Nem a Comissão Europeia nem qualquer pessoa agindo em seu nome é responsável pelo uso que possa ser feito das informações apresentadas nesta publicação.

Encontram-se disponíveis numerosas outras informações sobre a União Europeia na rede Internet, via servidor Europa (<http://europa.eu>)

Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2007

EUROPE DIRECT é um serviço que o/a ajuda a encontrar respostas às suas perguntas sobre a União Europeia

Número verde único (*):

00 800 6 7 8 9 10 11

(*) Alguns operadores de telecomunicações móveis não autorizam o acesso a números 00 800 ou poderão sujeitar estas chamadas telefónicas a pagamento

Comissão Europeia, Direcção-Geral Assuntos Económicos e Monetários

http://ec.europa.eu/economy_finance

O Eurostat é o Serviço de Estatística das Comunidades Europeias

<http://epp.eurostat.ec.europa.eu>

Banco Central Europeu

<http://www.ecb.eu>

Comissão Europeia

<http://ec.europa.eu>

O euro

<http://ec.europa.eu/euro>

Comissão Europeia

UMA MOEDA PARA A EUROPA

o caminho para o euro

2007 — 20 p. — 17,6 × 25cm

ISBN 92-79-04487-7

© Comunidades Europeias, 2007

Reprodução autorizada mediante indicação da fonte
Printed in Belgium

LIMPRESSO EM PAPEL BRANQUEADO SEM CLORO



UMA MOEDA PARA A EUROPA

o caminho para o euro

Foi feita história em 1 de Janeiro de 1999 quando 11 países da União Europeia criaram uma união monetária com uma moeda única: o euro.

As notas e moedas em euros entraram em circulação em 1 de Janeiro de 2002. Todavia, a história da moeda única da Europa teve uma longa gestação, remontando à origem da própria União Europeia. Cinquenta anos após o Tratado de Roma ter lançado as bases da UE actual, o euro constitui o êxito mais importante e proeminente do processo de integração europeia.

A aventura histórica do euro encontra-se descrita na presente brochura e no cartaz em anexo, disponíveis no seguinte sítio da Comissão Europeia: em:http://ec.europa.eu/economy_finance/publications/general/general_en.htm.



Serviço das Publicações

Publications.europa.eu

ISBN 92-79-04487-7



9 789279 044878